

O PROGRAMA MOSARÁMBIHÁRA: semeadores do bem viver Kaiowá

Eliei Benites

Gilmar Galache

Renata Oliveira Costa

Resumo

O Programa de Formação Mosarambihára teve sua discussão iniciada em um encontro realizado na Vila São Pedro (Dourados/MS) nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, quando um desenho inicial foi discutido entre as lideranças presentes. Esse primeiro desenho do programa oportunizou um tipo de formação diferenciada nas áreas de referência, inspirada na experiência de Caarapó com a Unidade Experimental ligada à Escola Indígena Nhandejara Polo, na aldeia Te'yikue, com mais de dez anos de trabalho de produção de alimento, como parte do currículo da escola.

O acordo começou a ser negociado entre a UGP/GATI (Unidade Gestora do Projeto GATI – Gestão Ambiental e Territorial Indígena) e a ASCURI (Associação Cultural de Realizadores Indígenas), tendo sido assinada em julho de 2015. Durante um ano e meio de execução, o programa realizou diversos pré-módulos e módulos, seminário final e sistematização, assim como duas oficinas de audiovisual, uma em área Kaiowá Guarani e outra em área Terena. A atuação do Programa foi localizada nas áreas de referência do Projeto GATI: Terra Indígena Sassoró, Terra Indígena Jaguapiré, município de Tacuru e Terra Indígena Pirakuá, município de Bela Vista, além da Terra Indígena Te'yikuê, no município de Caarapó.

Os mosarambihára são pessoas, geralmente jovens que se envolveram com o programa, por estarem mais sensíveis com a questão ambiental, da territorialidade e seus conflitos e da transmissão de conhecimentos tradicionais. O objetivo que guiou todas as ações foi compreender o processo histórico dos impactos ambientais sobre as terras e territorialidades indígenas e também o que significa todas essas questões na atualidade, ou seja, o que é a mata, a floresta, as sementes, a agricultura na visão tradicional Kaiowá e Guarani.

Assim, cada etapa do programa trouxe algum tipo de aprendizado sobre as articulações que devem ser feitas para o retorno (na grande maioria dos casos) ou a manutenção (em pouquíssimos casos) da sustentabilidade da vida nos territórios Guarani e Kaiowá. Todo planejamento feito pela equipe em algum ponto tornava-se

orgânico e se modificava de acordo com as demandas, para que o módulo pudesse acontecer. Caso o planejamento fosse feito de uma forma que não pudesse ser modificado, a equipe não teria conseguido realizar as atividades propostas.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende revelar alguns detalhes e possíveis recomendações para a continuidade do trabalho com os Mosarambihára. Igualmente pretende fazer uma análise sobre as contribuições do programa para com a gestão territorial das áreas Kaiowá e Guarani do Cone Sul do estado de Mato Grosso do Sul e para a compreensão de alguns aspectos da territorialidade indígena.

Palavras-chave: ASCURI, audiovisual indígena, Mosarambihára, bem viver indígena, Projeto GATI

Apresentação

A ASCURI (Associação Cultural de Realizadores Indígenas), com o apoio do Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena) iniciou um trabalho de formação com jovens indígenas Kaiowá e Guarani (os *Mosarambihára*), com o objetivo de se tornarem multiplicadores e incentivadores dos processos iniciados nas aldeias a partir das oficinas realizadas durante o período de um ano, entre agosto de 2015 e julho de 2016. Para isso foram realizados acompanhamentos e registros audiovisuais nos módulos do Programa Mosarambihára.

As ações foram compostas por uma série de oficinas preparatórias (audiovisual, etnomapeamento, sementes agrofloretais, abelhas nativas, teatro), módulos de troca de saberes, acompanhamento dos Mosarambihára em campo, palestras, seminário e reuniões feitas durante o período citado acima.

Em todos os módulos propostos para o programa Mosarambihára foram passadas atividades para que os alunos/semeadores realizassem em suas comunidades e mostrassem durante o módulo posterior. Os pré-módulos foram pensados para fazer uma orientação aos semeadores nos intervalos dos módulos. Durante os módulos, em cada terra indígena, de acordo com os temas propostos, foram convidados palestrantes ou orientadores, em sua maioria indígenas, que trataram de temas importantes para os conteúdos de cada módulo.

De acordo com o que foi discutido durante a elaboração e execução de seus módulos, tem-se como diretrizes básicas do programa Mosarambihára:

DIÁLOGO com os mestres e rezadores tradicionais para fortalecimento e conhecimento sobre os saberes tradicionais, sobre o meio ambiente e sobre a sustentabilidade em todos os seus aspectos;

CONTEXTUALIZAÇÃO e atualização de temas como mudanças climáticas, impactos da monocultura, políticas públicas, impactos ambientais, o que é desenvolvimento sustentável, o que é sustentabilidade e a experiência indígena como referência;

IMPACTOS do conhecimento ocidental sobre o conhecimento tradicional, assim como suas contribuições para o meio ambiente da aldeia – biomas, formação do solo, clima, água, vegetação, relevo, geomorfologia, mapeamento, ocupação do espaço, processos históricos etc;

CONHECIMENTO LOCAL da aldeia nos aspectos ambientais, sociais, parentelas, ocupação do espaço, cosmológicos, econômicos, relação com as cidades de entorno e região;

ATUAÇÃO do agente Mosarambihára na sua própria comunidade – articulação de vários atores na aldeia de forma a buscar a coletividade, a sustentabilidade e o fortalecimento da cosmologia indígena e do bem viver (ñandereko) – retomada da coletividade e do conhecimento local – com respeito à particularidade de cada aldeia.

A equipe da ASCURI acredita ser esse o primeiro passo para melhorar a qualidade de vida da população, recuperar áreas degradadas e reativar as noções de territorialidade, assim como a recuperação de sementes tradicionais e a produção de alimentos, e de valores tradicionais da identidade Guarani e Kaiowá.

A questão cosmológica

Para a filosofia do programa Mosarambihára, o que se busca como ponto final não é a produção, não é a recuperação física da terra em seu sentido restrito. Esse é o processo, a caminhada. A roça é feita todos os anos, mas a pergunta é: o que leva as famílias a fazerem a roça todo ano? O que se busca com isto? A resposta é: o jeito sagrado de ser guarani-kaiowá. Isto que é sustentabilidade. A sustentabilidade é a busca constante do ñande reko, o jeito de ser Guarani Kaiowá. Isso garante saúde, educação, garante a felicidade da família, a união, a coletividade.

A partir da chegada das instituições¹ é que a divisão foi feita: saúde, educação, roça. Dessa forma, a vida foi sendo dividida. Mas, na perspectiva indígena tudo isso é uma coisa só que, inclusive, garante todas as outras coisas. Esse é o jeito de ser Guarani Kaiowá. Por isso o *ñande reko* é importante nesse processo, pois esses preceitos é que vão fazer retomar os valores tradicionais e reorganizar toda uma relação social com o ambiente e com o território.

Por exemplo: ao retomar a espiritualidade, o sujeito vai ter outra relação social com a família, vai conseguir resolver seus problemas sociais, a questão da saúde, porque ele está em equilíbrio com a natureza. Assim, ele vai ter uma alimentação sustentável, porque a relação com a natureza foi reestabelecida. Não é só recuperar fisicamente, pois a própria terra passará novamente a estar viva espiritualmente. Isso que é a sustentabilidade e o equilíbrio na perspectiva dos rezadores Guarani e Kaiowá.

Nos tempos atuais, a realidade vem proporcionando muitos desafios para os indígenas Kaiowá e Guarani. Desafios esses que impõem às novas gerações possibilidades de construir um mundo melhor para viver. Construir novas realidades que são baseadas nos valores e práticas culturais, em complementariedade às novas formas e valores de vida oriundas das sociedades não indígenas, deve guiar a perspectiva de construção de um mundo sustentável e justo para todos.

Tem-se uma longa trajetória de experiência de contato com os colonizadores que configuraram atualidade desses povos. Estas trajetórias são marcadas pela perda do território, a violência e a submissão forçada ao sistema globalizante das sociedades não indígenas. Nesse contexto foram construídas as perceptivas de vida atuais a partir das políticas indigenistas referenciadas pelas práticas da ideologia das políticas assistencialistas.

Diante desse quadro, é fundamental destacar a insistência em viver no “jeito tradicional de ser Kaiowá Guarani” como estratégia de resistência às pressões externas da sociedade ocidentalizada. Este “jeito de ser” é chamado na língua de *ñande reko* ou *teko*. *Teko* vem da palavra *oiko* que é a forma de se mover pela aldeia, pelo espaço ou pelo mundo. É a forma particular de todos os seres se movimentarem na busca da perfeição constante. No caso, dos Kaiowá e Guarani o *teko* é o movimento em busca da perfeição humana na dimensão tanto física quanto espiritual.

¹ O termo “instituições” aqui pode ser traduzido de forma genérica como todas aquelas coletividades não indígenas, formalmente instituídas para auxiliar os povos indígenas no processo de colonização de fazeres e saberes, como SPI, FUNAI, Igrejas de diversas ordens, Postos de Saúde e suas funcionalidades, CRAS, governos municipais, estaduais e federais, organizações não governamentais e suas extensões etc.

Assim, durante o processo de busca, absorvemos muitos elementos que podem ser vivenciados no tempo e no espaço no *tekoha* – território tradicional. É muito importante destacar a finalidade do movimento do *teko*. O *teko* se movimenta no tempo e no espaço no contexto do *tekoha*, que por sua vez, passa por muitas etapas de desenvolvimento para chegar ao ponto final. Mas, este final é o próprio reinício de um grande ciclo de um novo movimento. Existem muitos *teko*, mas, existe apenas um fio condutor que possibilita a gradação do *teko* para se chegar ao *teko araguyje* – jeito sagrado de ser.

A palavra *araguyje* (*ára* - tempo, dia -, *guyje* – amadurecimento) significa o ponto máximo da maturação ou perfeição. Então o *teko araguyje* é o jeito de ser que alcançou a perfeição máxima, próxima ao jeito de ser dos deuses. Os mais velhos da comunidade comparam o *teko araguyje* como uma maturação das frutas. As frutas quando estão maduras é o sinal de que as sementes estão prontas para serem semeadas no ambiente. Desta forma, o *teko* quando chega à perfeição máxima é o tempo em que devem ser semeadas novamente ao ambiente, mas com sementes que contém os elementos da matriz na qual foi gerado, ou seja, carregadas da força e da energia do *teko matriz*.

O *teko araguyje* não é o final de um *teko*, mas é a fase onde o *teko* se torna capaz de produzir outros *teko* multiplicando no ambiente, que é o *Tekoha* dando sequência aos valores tradicionais. Os *Ñanderu* – mestres ou rezadores – são o exemplo das pessoas que alcançaram esta etapa e tem a responsabilidade de multiplicar os *teko*, por isso, eles tem capacidades e habilidades de formar e levantar continuamente novos grupos que buscam a coletividade na perspectiva de continuar a cultivar o *teko*, direcionando muitas comunidades nesta perspectiva.

Para compreender o futuro ou as perspectivas de vida de nós Guarani e Kaiowá nos tempos atuais, devemos compreender esta visão, porque, assim resistimos historicamente ao sistema homogeneizante da globalização. A partir da resistência, mostramos para toda a sociedade que a nossa experiência de vida é a forma mais sustentável de se estabelecer no mundo, demonstrando respeito às relações espirituais com a natureza e com o nosso território.

Produzimos o *tekoha* no processo da mobilidade tradicional, na busca de uma vida sagrada, neste processo vivenciamos famílias, parentes, amigos, roça, caçadas, pescarias, *jovias* (visitas), reza, cerimônias tradicionais e muitos outros elementos da vida na aldeia. Chamamos essa vivência hoje em dia de *o bem viver*. Mas as condições atuais não oferecem as possibilidades de retomar esses valores.

Por isso, o Kaiowá e Guarani tem retomado as suas áreas tradicionais como forma de reconectar muitos valores deixados no passado devido ao novo contexto imposto pela política indigenista atual. Estas retomadas, na verdade são a busca do “bem viver” Kaiowá e Guarani, são a busca da retomada de sua territorialidade própria, que dão sentido à vida e que possibilita um novo território, a partir das experiências de resistências.

A sustentabilidade Guarani Kaiowá depende do *teko* - “jeito tradicional de ser” e o *teko* também depende do *tekooha* – território. O território é produzido quando se realiza as formas particular de se relacionar com o ambiente, do lugar, das florestas, dos rios, das áreas de caça de todo um ecossistema local ao mesmo tempo a forma particular de fazer gestão da família, ou seja, a territorialidade.

O Programa Mosarambihára

O Programa de Formação Mosarambihára teve sua discussão iniciada em um encontro realizado na Vila São Pedro (Dourados/MS) nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, quando um desenho inicial foi discutido entre as lideranças presentes. Esse primeiro desenho do programa oportunizou um tipo de formação diferenciada nas áreas de referência, inspirada na experiência de Caarapó com a Unidade Experimental ligada à Escola Indígena Nhandejara Polo, na aldeia Te'yikue, com mais de dez anos de trabalho de produção de alimento, como parte do currículo da escola.

Assim, o acordo começou a ser negociado entre a UGP/GATI (Unidade Gestora do Projeto GATI) e a ASCURI, tendo sido iniciado em julho de 2015. O programa foi desenhado em forma de pré-módulos e módulos, seminário final e sistematização, além de duas oficinas de audiovisual, uma em área Kaiowá Guarani e outra em área Terena. Essa fase do programa foi finalizada em julho de 2016. O prazo para a execução das atividades foi alongado devido às chuvas torrenciais que permaneceram de dezembro de 2015 a março de 2016, isolando algumas cidades do estado, atingindo, por consequência algumas Terras Indígenas como Jaguapiré, Te'yikuê e Pirakuá. Ainda hoje, Pirakuá encontra-se com o acesso limitado pois as pontes continuam sem reforma.

As chuvas torrenciais também atrapalharam as etapas de monitoramento das atividades dos Mosarambihára. Tornou-se praticamente impossível cumprir essa fase de monitoramento com as estradas intransitáveis, também por isso, a equipe da

ASCURI planejou algumas atividades extras, como as oficinas de pré-módulo que contemplaram o monitoramento.

Importante salientar que as etapas previstas na fase inicial do programa Mosarambihára só foram possíveis de serem executadas devido à autonomia que a ASCURI teve para realiza-las. A associação predominantemente indígena conhece os caminhos e descaminhos do trabalho em Terras Indígenas do Mato Grosso do Sul e tem prestígio entre a grande maioria dos indígenas desse estado. A autonomia, nesse sentido é para além do protagonismo, pois todo protagonista, em um filme ou peça de teatro deve ser dirigido por um diretor que regula suas falas e constrói as cenas. Por isso, a ASCURI agradece a confiança depositada pela UGP/GATI e parceiros em deixá-los realizar as atividades como entenderam que seria melhor. O instrumento da Carta de Acordo, por sua vez, já fornece essa liberdade, mas nem sempre ela é exercida pelos indígenas de fato.

Também é importante salientar que para algumas instituições que já trabalham com formação de indígenas, a diplomação é muito importante. Para os próprios indígenas a certificação também é muito importante, devido às possibilidades de entrada em um mercado de trabalho relativamente ascendente. No entanto, o Programa Mosarambihára não foi construído para diplomar seus integrantes, mas sim para fazê-los se fortalecerem em suas próprias culturas dentro de suas terras de origem. Assim, a ASCURI está de acordo com as seguintes palavras de Foucault (1975):

O diploma serve apenas para construir uma espécie de valor mercantil do saber. Isto permite também que os não possuidores de diplomas acreditem não ter direito de saber. Todas as pessoas que adquirem um diploma sabem que ele de nada lhes serve, não tem conteúdo, é vazio. Em contrapartida, os que não tem diploma dão-lhes um sentido pleno. Acho que o diploma foi feito precisamente para os que o têm.

As oficinas de audiovisual foram as primeiras a serem realizadas, em agosto de 2015. Inicialmente programada para acontecer em Lalima, a oficina Terena foi puxada para a Terra Indígena Cachoeirinha, aldeia Babaçu pelos próprios conselheiros. A oficina Kaiowá aconteceu em Pirakuá, como previsto na Carta de Acordo. As duas foram realizadas com a presença do professor indígena (Quechua) boliviano Ivan Molina, atualmente Diretor da Escuela de Cine e Artes de La Paz (ECA). Ivan também esteve presente no Seminário Audiovisual, Sustentabilidade e Autonomia (ASA), realizado na FAIND/UFGD (Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados) em ocasião da etapa presencial de abril de 2016 do curso de Licenciatura Kaiowá e Guarani Teko Arandu.

Contando com a realização do FIDA (Fórum de Discussão sobre Inclusão Digital nas Aldeias), ocorrido na Terra Indígena Porto Lindo (Japorã/MS), foram produzidos 10 curta-metragens (4 a 15 minutos) pelos alunos das oficinas, com temas relacionados às suas próprias visões do que é terra, cultura, tradição, língua, cotidiano indígena, plantas medicinais, mata e agricultura, além do filme produzido sobre a retomada de Nhanderu Marangatu, que havia acabado de ser atacada por fazendeiros (região de Antonio João/MS). Afora isso, dois conjuntos de equipamentos audiovisuais, incluindo uma câmera digital Nikon D3100, com bolsa de proteção, bateria e carregador, um cartão de memória de 32 GB, um tripé, um HD externo de 500 GB, um microfone direcional Rode com capa de proteção, um computador Macbook Pro retina de 15 polegadas, foram deixados sob concessão em Pirakuá e Babaçu para fins didáticos e de aprendizado.

De certa forma, as oficinas de audiovisual serviram para aproximar a equipe da ASCURI, preparando-os para a intensa fase de pré-módulos e módulos que seriam feitos. Assim, a decisão de fazer primeiro as oficinas trouxe à tona algumas questões de organização que precisavam ser fortalecidas (como a comunicação, a responsabilidade e a coesão nas decisões tomadas), mas também outras questões que precisavam ser mantidas (como a divisão por tarefas e a manutenção do envolvimento dos jovens com o audiovisual e também com os desenhos). Nesses momentos de interação da equipe da ASCURI as metodologias utilizadas no Programa Mosarambihára foram planejadas, mantendo a ideia de realizar oficinas na preparatória dos módulos. Na oficina de Pirakuá, haviam representantes de todas as Terras Indígenas que receberiam as etapas, possibilitando também a decisão sobre os temas que seriam tratados em cada local.

Assim, conforme a potencialidade de cada Terra Indígena, foram planejados os seguintes temas para os pré-módulos e módulos: Reserva Indígena Sassoró – oficina de etnomapeamento no pré-módulo e tema roça (kokuê) no módulo; Terra Indígena Jaguapiré – oficina de etnomapeamento e reconhecimento de áreas de reflorestamento em nascentes na etapa de pré-módulo e tema mata, floresta (ka'aguy) durante o módulo; Terra Indígena Pirakuá – oficina de coleta e cuidado com sementes agroflorestais durante o pré-módulo e tema sementes e plantio agroecológico durante o módulo; Terra Indígena Te'yikue – tema agroecologia e realização do seminário final para o fechamento de uma ciclo do Programa Mosarambihára.

Os mosarambihára são pessoas, geralmente jovens que se envolveram com o programa, por estarem mais sensíveis com a questão ambiental, da territorialidade e

seus conflitos e da transmissão de conhecimentos tradicionais. O objetivo que guiou todas as ações foi compreender o processo histórico dos impactos ambientais sobre as terras e territorialidades indígenas e também o que significa todas essas questões na atualidade, ou seja, o que é a mata, a floresta, as sementes, a agricultura na visão tradicional Kaiowá e Guarani.

Entender esse processo e entender a realidade, o desafio próprio, depois pensar o que deve ser feito e entrar com a proposta de encaminhamento de ações pontuais. Nesse processo foi fundamental o etnomapeamento, por que ele foi sendo trabalhado e desenvolvido junto com o diálogo entre os mais velhos e os mais jovens.

O etnomapeamento foi uma metodologia que permeou todo o programa Mosarambihára. O etnomapeamento é antes de mais nada um instrumento de planejamento para a gestão territorial. É utilizado no Brasil por muitas etnias, com o apoio de organizações governamentais, não governamentais, internacionais ou por associações. No documento de apoio às consultas regionais aos povos indígenas sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, o etnomapeamento é definido como sendo:

O mapeamento participativo ou “etnomapeamento” é uma ferramenta importante de gestão ambiental/territorial, na qual membros de uma comunidade registram em desenhos ou mapas seu conhecimento das paisagens, abrangendo o uso cultural e distribuição dos recursos naturais, a presença de impactos ambientais e outras informações. O etnomapeamento pode ser feito a partir de desenhos livres ou usando imagens de satélite como base. Ao registrar e consolidar informações sobre uso da terra e recursos naturais, o etnomapeamento é um passo para que comunidades tomem decisões quanto à gestão territorial e ambiental de suas terras. PNGATI (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009, p.18)

Dessa forma, a ASCURI coordenou a confecção de diversos mapas que podem ser definidos como mapas culturais. Os mapas foram feitos após o retorno de idas a campo com os mais jovens acompanhados (e guiados) pelos mais velhos, durante as etapas do programa. Como mapas culturais, entende-se o resultado de um processo participativo. A Amazon Conservation Team no Brasil (ACT Brasil), organização não-governamental que vem trabalhando com mapeamentos participativos entre povos indígenas desde 2001, em seu material sobre “Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo”, define o termo da seguinte forma:

Um mapa cultural é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos. O mapeamento cultural pode adquirir uma série de formas, mas os aspectos que o

definem são bem claros: é necessário que seja feito pela própria comunidade, combinado com regras cartográficas, para que o resultado final tenha precisão e ordenamento. Essa ferramenta foi desenvolvida como parte de um processo de diagnóstico cultural e social que pode dar origem a fortes instrumentos políticos e formar a semente capaz de criar boas políticas para as comunidades envolvidas, como planos de educação indígena, manejo ambiental e proteção territorial. O mapa não deve configurar um objetivo por si só, mas sim um instrumento dentro de um trabalho de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais (ACT Brasil, 2008, p. 05).

No caso do Programa Mosarambihára o etnomapeamento foi utilizado mais como uma metodologia de reconhecimento do território, apropriação dos lugares sagrados e aproximação dos mais jovens com os mais velhos, do que uma ferramenta de construção de mapas por si só. Como dito, alguns mapas mentais foram produzidos e outros foram georeferenciados, porém, o grande produto dessa metodologia foi o aprendizado sobre o território e sobre como os mapas e a construção coletiva deles podem ser utilizados como ferramentas pedagógicas na construção de uma sustentabilidade que seja legitimamente Kaiowá e Guarani. Por isso, podemos dizer que o etnomapeamento deve ser continuado e feito em sua completude, dando continuidade ao processo de planejamento e gestão territorial das Terras Indígenas do Mato Grosso do Sul.

Assim, durante as etapas do programa, os Mosarambihára no processo de observar e enxergar uma nova realidade que foi delimitada pelo processo histórico da reserva, passam a compreender um pouco mais o território tradicional Guarani e Kaiowá com um olhar mais ampliado e não diminuído como é o da reserva. Nesse caso, as reservas são Caarapó e Sassoró, sendo que Jaguapiré e Pirakuá são áreas de retomada, áreas que recentemente nas décadas de 1980 e 1990 foram áreas de retomada (Jaguapiré) ou de resistência (Pirakuá) e tem características diferentes entre uma e outra. Além dessas características sócio culturais, há as características ambientais, como a vegetação, por exemplo, que em cada área indígena é diferente. O Programa Mosarambihára, portanto, tem a proposta de que cada aldeia contribua com a sua potencialidade com as outras aldeias, construindo e mantendo uma rede de articulações entre os Mosarambihára.

Em todo esse processo, foi sendo observado que é fundamental a reaproximação dos mais velhos com os jovens. Um dos motivos é entender o que é essa ideia da roça (kokuê), por exemplo, para os indígenas. Essa ideia da roça foi colocada como algo negativo para as novas gerações, como algo que deve ser evitado, que não é digno, ou ainda, que é um trabalho menos importante, de pouco prestígio. O Mosarambihára

foi criado para retomar a noção de kokuê, em seu significado profundo, que é o de caminhar em um processo de convivência com a tradicionalidade e com os seres sobrenaturais que estruturam o modo de pensar Guarani e Kaiowá. Caminhar e semear, a partir dos cantos e rezas, das práticas de viver com os mais velhos, as rodas de conversa, os mapeamentos e os desenhos dos jovens mais novos foram metodologias utilizadas durante os Mosarambihára. A todo momento buscando a prática e a vivência na cultura, a todo momento uma reza, um canto, um guachiré, um kotyhu, que são cantos que também estão ligados ao meio ambiente e à produção dos alimentos.

Os pré-módulos foram essenciais para o bom andamento do Programa, pois foi a preparação, a sensibilização, quando foi muito utilizado o trabalho de etnomapeamento, a escolha dos locais de plantio e também as oficinas preparatórias. Durante essa etapa os Mosarambihára foram motivados a entender o processo e a realidade, observando as transformações com mais elementos e com olhar crítico – as dificuldades de plantio do alimento, a questão do território, do enfraquecimento da terra, dos nutrientes, dos impactos ambientais. O etnomapeamento foi importante também para enxergar os lugares mais importantes na visão indígena. A escola, por exemplo, tornou-se uma referência hoje em dia, mas na visão indígena existem outras referências importantes, que são lugares sagrados.

O primeiro módulo, antes da assinatura da Carta de Acordo ocorreu em Caarapó, em dezembro de 2014. O tema trabalhado nessa primeira experiência com os Mosarambihára foi a Agroecologia. Desde 2001 a aldeia de Caarapó já tinha a experiência com o tema, apesar de não utilizarem esse nome, onde os alunos tem uma vivência diária e cotidiana em um espaço chamado Unidade Experimental. Na língua esse lugar é chamado de Poty Renõi (um tipo de flor). Ali, os alunos produzem alimento e ao mesmo tempo toda essa experiência é trabalhada dentro da sala de aula.

Durante o módulo foram feitos relatos, e explicado que para além da produção de alimentos, há também a preocupação com a recuperação ambiental, conservação de sementes crioulas e recuperação de bacias e corredores ecológicos. Com a explicação dos rezadores, foi mostrado também como a roça é trabalhada na tradicionalidade Kaiowá e Guarani, por que kokue é um caminho, não é um lugar fixo, pois vai mudando conforme a dinâmica de tempo/espaço. A roça e a casa guarani Kaiowá tradicionais são dinâmicas e vão mudando de lugar, nunca ficam fixas em um lugar só no espaço. De acordo com os rezadores, a estrutura da roça está

concentrada no milho branco, que é o esteio, a segurança. O milho branco é plantado antes das outras plantas, bem ao meio, em forma de cruz, por que é o próprio corpo físico do nhanderu, que é o deus tradicional. Então a representação é de que os Kaiowá e Guarani se alimentam do corpo do seu próprio deus, por isso é fundamental o canto e a reza, todo um contexto de religião tradicional pra se fazer uma roça, todos os cantos devem ser cantados para se fazer uma roça.

Assim, cada etapa do programa trouxe algum tipo de aprendizado sobre as articulações que devem ser feitas para o retorno (na grande maioria dos casos) ou a manutenção (em pouquíssimos casos) da sustentabilidade da vida nos territórios Guarani e Kaiowá. Todo planejamento feito pela equipe em algum ponto tornava-se orgânico e se modificava de acordo com as demandas, para que o módulo pudesse acontecer. Caso o planejamento fosse feito de uma forma que não pudesse ser modificado, a equipe não teria conseguido realizar as atividades propostas.

Outro aspecto interessante e que podemos levar como lição aprendida foi a compra de alguns alimentos dentro das áreas onde aconteciam as etapas. A equipe procurou além de comprar alguma alimentação, trocar os alimentos com os moradores. Essa estratégia funcionou pois conseguimos uma maior participação dos moradores durante os módulos.

Sustentabilidade do Programa Mosarambihára

O Programa Mosarambihára pode ser traduzido em uma potencialização de práticas culturais e empoderamento dos rezadores em cada área trabalhada. Trazer os rezadores para cada módulo e proporcionar o diálogo deles com os mais jovens, foi outra estratégia que funcionou bem e que pode ser utilizada em outros momentos, projetos ou programas. As práticas culturais ficaram contidas, escondidas por causa das leis das reservas. Outros segredos podem surgir com o retorno da prática do Oguatá (caminhar ritual).

Para que a reza continue são necessários muitos elementos para que o canto e a reza sejam sustentáveis. Por exemplo, é preciso tomar chicha e ela é feita de milho branco, por consequência a alimentação também retorna para o sagrado, as práticas culturais exigem mais práticas tradicionais. Para o caso das retomadas atuais, assim como para o caso das Terras Indígenas que estão em fase de homologação, o teko (conhecimento) acaba sendo reproduzido. Porém, é necessário um trabalho de buscar

a perspectiva das práticas tradicionais, para não reproduzir somente o que foi aprendido na reserva. Esse espaço de discussão na retomada é muito importante. Iniciar plantios experimentais é importante para reproduzir as sementes. Tudo isso ainda pode ser discutido no Mosarambihára.

Nesse sentido a ideia principal de continuidade para o Mosarambihára é a de fortalecer essas práticas tradicionais a partir dos rezadores, como caminhos de uma nova sustentabilidade indígena Kaiowá e Guarani. Os rezadores precisam de um ambiente propício para retomar seu valor e espaços tradicionais. As retomadas e novas terras demarcadas podem ser o que precisam caso haja um diálogo constante e continuado, que pode ser feito por meio de uma segunda fase do Programa Mosarambihára.

Nesse sentido, os agentes Mosarambihára são jovens, mulheres, rezadores, homens, todos Guarani e Kaiowá que tenham vontade de atuar no campo da produção sustentável de alimento a partir da recuperação ambiental e produção de alimentos na lógica Guarani Kaiowá, ancorados com os novos saberes e as novas tecnologias presentes. Após o cumprimento da Carta de Acordo, podemos destacar algumas lições aprendidas com os erros e acertos:

- É preciso retomar as experiências Kaiowá Guarani de roça, de floresta, de nascente, de sustentabilidade, de territorialidade valorizando os mais velhos das comunidade para repassar às novas gerações;
- Os problemas dos indígenas Kaiowá Guarani surgiram a partir do contato com as sociedades não indígenas;
- As políticas de sustentabilidade (formação técnicas, estudos, projetos, atuação das entidades) está focando apenas nos conhecimentos técnicos e não na forma indígena de discussão sobre a sustentabilidade;
- O projeto GATI e a PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas), tem características políticas orientadas a partir da visão e demandas dos povos indígenas da região norte do país;
- Os movimentos indígenas que legitimam e orientam a política do PNGATI muitas vezes estão distantes da realidade concreta das aldeias;
- É fundamental a reestruturação mais efetiva da FUNAI para acompanhar de fato os projetos;
- É fundamental a recuperação das nascentes, micro bacias, corredores ecológicos, produção de mudas nativas conforme os biomas locais para plantar de forma conjunta entre as instituições presentes nas aldeias e comunidades;

- É preciso valorizar as experiências da associação indígena na perspectiva da autonomia.

Referências Bibliográficas

Foucault (1975) vigiar e punir: nascimento da prisão

PNGATI (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009, p.18)